

“Tudo é violência, viver é violência!”: representações sociais e vivências de mulheres em situação de rua

“Everything is violence, living is violence!”: Social representations and experiences of homeless women

“¡Todo es violencia, vivir es violencia!”: representaciones sociales y experiencias de mujeres en situación de calle

Sergio Rosa Neves Temponi¹ 

Luiz Paulo Ribeiro² 

Tarcísio Marcio Magalhães Pinheiro³ 

Simone Mendes Carvalho⁴ 

¹Autor para correspondência. Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (Belo Horizonte). Minas Gerais, Brasil. sergior.temponi@gmail.com

^{2,3}Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte). Minas Gerais, Brasil. luizpr@ufmg.br, tarcisiommp@gmail.com

⁴Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, Brasil. smendescarvalho@gmail.com

RESUMO | OBJETIVO: Esta pesquisa analisou as representações sociais sobre a violência para mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte. **MÉTODOS:** Se trata de pesquisa qualitativa em que foram aplicados 22 questionários a mulheres em situação de rua e conduzidas entrevistas narrativas com três delas e a análise de dados foi a partir da análise de conteúdo. **RESULTADOS:** A análise de dados está construída a partir de três movimentos: (a) apresentação do contexto da pesquisa, (b) o perfil das participantes da pesquisa e (c) as categorias de análise conjugando os questionários e entrevistas feitas – a saber, violência e identidade de gênero, local de vida, de inserção social ou de proteção à violência?; a ocupação e a violência, a violência dos ‘companheiros’ e violência institucional. **DISCUSSÃO:** Identificou-se que a violência é algo presente no cotidiano das mulheres em situação de rua de Belo Horizonte, marcando diretamente as formas de pensar, sentir e agir destas mulheres. **CONCLUSÃO:** Entendemos que a violência dita e organiza formas de pensar, sentir e agir das mulheres em situação de rua, inclusive na necessidade de reconstruir e (re)visitar categorias previamente elaboradas para explicar processos que requerem, para além da teorização, a experiência de estar no mundo, frente aos fenômenos que significam e ressignificam as identidades, diante das estratégias que elas traçam em torno da violência e da forma de autopreservação.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais. Violência. Mulheres. Belo Horizonte.

ABSTRACT | OBJECTIVE: This paper analyzed the social representations of violence towards homeless women in the Center-South region of the city of Belo Horizonte/Brazil. **METHODS:** This is a qualitative research in which 22 questionnaires were applied to homeless women and narrative interviews were conducted with three of them and data analysis was based on content analysis. **RESULTS:** Data analysis is constructed from three movements: (a) presentation of the research context, (b) the profile of the research participants and (c) the categories of analysis combining the questionnaires and interviews carried out - namely, violence and gender identity, place of life, social insertion or protection from violence?; occupation and violence, ‘companion’ violence and institutional violence. **DISCUSSION:** It was identified that violence is something present in the daily lives of homeless women in Belo Horizonte, and it directly marks the ways of thinking, feeling and acting of these women. **CONCLUSION:** We understand that violence dictates and organizes ways of thinking, feeling and acting of women in street situations, including the need to reconstruct and (re)visit categories previously elaborated to explain processes that require, in addition to theorization, the experience of being in the world, facing the phenomena that signify and re-signify identities, in the face of the strategies they outline around violence and the form of self-preservation.

KEYWORDS: Social Representations. Violence. Women. Belo Horizonte.

RESUMEN | OBJETIVO: Este trabajo analizó las representaciones sociales de la violencia desde las mujeres en situación de calles en la región Centro-Sur de la ciudad de Belo Horizonte/Brasil. **MÉTODOS:** Es una investigación cualitativa en la que se aplicaron 22 cuestionarios a mujeres en situación de calle y se realizaron entrevistas narrativas con tres de ellas y el análisis de datos se basó en el análisis de contenido. **RESULTADOS:** El análisis de datos se construye a partir de tres movimientos: (a) presentación del contexto de investigación, b) el perfil de los participantes y c) las categorías de análisis que combinan los cuestionarios y entrevistas realizados, a saber, la violencia y la identidad de género, el lugar de vida, la inserción social o la protección contra la violencia?; la ocupación y la violencia, la violencia de "compañero" y la violencia institucional. **DISCUSIÓN:** Se identificó que la violencia es algo presente en la vida cotidiana de las mujeres en situación de calle en Belo Horizonte, marcando directamente las formas de pensar, sentir y actuar de estas mujeres. **CONCLUSIÓN:** Entendemos que la violencia dicta y organiza formas de pensar, sentir y actuar de las mujeres en situación de calle, incluyendo la necesidad de reconstruir y (re) visitar categorías previamente elaboradas para explicar procesos que requieren, además de teorización, la experiencia de estar en el mundo, frente a los fenómenos que significan y resignifican identidades, frente a las estrategias que esbozan en torno a la violencia y la forma de autopreservación.

PALABRAS CLAVE: Representaciones sociales. Violencia. Mujeres. Belo Horizonte.

Introdução

O fenômeno social da vivência em situação de rua é algo que acompanha a história da humanidade, sensibiliza olhares e tem se tornado cada vez mais objeto de estudo e atuação dos profissionais de psicologia, em especial aqueles e aquelas profissionais que trabalham com políticas públicas e em serviços psicossociais de abordagem de rua (Vieira, Bezerra & Rosa, 1992; Alcântara, Abreu & Farias, 2015; Rizzini & Couto, 2019). Se por um lado é necessário transformar algo que é um cenário – que naturaliza a miséria – em campo de atuação profissional com compromisso ético e político da psicologia (Gonçalves Filho, 1998), por outro ainda é preciso trabalhar contra o preconceito e a estigmatização social dos sujeitos e sujeitas que estão em situação de rua no Brasil, constituindo-os como sujeitos de direitos.

É neste caminho que este artigo, que tem como objetivo analisar as representações sociais sobre a violência para mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte, se apresenta como uma possibilidade de (re)conhecer como as mulheres em situação de rua em uma das maiores capitais do Brasil, Belo Horizonte, verificando como elas pensam, sentem e agem sobre a violência. Rizzini e Couto (2019) apontam para a necessidade de estudos sobre as populações de rua, uma vez que a transitoriedade dos sujeitos e as diferentes vivências dos grupos populacionais que estão na rua dificultam a compreensão de um perfil destes sujeitos, demandando estudos que reconheçam especificidades e vulnerabilidades em cada grupo.

Considerando a história e a dialética das relações sociais, podemos inferir que o fenômeno da vivência em situação de rua não é algo recente. Pode-se dizer que se ele está presente ao longo da história da humanidade e que a cada tempo ou período estes sujeitos foram marcados (identificados) de diferentes formas e em variados discursos: religioso, criminal, psiquiátrico, da questão social, da vadiagem e da exclusão (Vieira, Bezerra & Rosa, 1992; Alcântara, Abreu & Farias, 2015; Rizzini & Couto, 2019). Cada um desses discursos produziu sujeitos com dimensões identitárias que por vezes os condenam, os rotulam como marginais, os segregam, ou ainda os inserem em uma realidade que se inscreve em função da miséria que opera no tempo e espaço dessa realidade social.

A partir de Sposati (1998) podemos dizer que no Brasil, desde a colonização, a relação colonizador-colonizado já trazia as marcas da discriminação, tanto na relação com a população nativa como no processo de escravização, ambos com a lógica de economia e de cidadania excludentes. Esse cenário contribuiu para o acirramento dos processos de segregação das minorias vulnerabilizadas por vivências de exclusão social, menor valia do capital humano e consumo, ao qual a condição de pobreza não os permitia acessar. Neste caminho, Francisco (2009) indica que o surgimento da população em situação de rua é um dos reflexos desta exclusão social, que a cada dia atinge e prejudica uma quantidade maior de pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional, embora essa seja inacessível à maioria da população.

[Vieira](#), Bezerra e Rosa (1992) expõem possíveis situações que costumam levar pessoas à permanência nas ruas: referem-se a uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de trabalho, tratamento de saúde ou parentes. Neste caso, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em albergues, rodoviárias ou locais públicos de grande movimento urbano, evitando possíveis agressões.

Os autores acrescentam que as pessoas que estão na rua são aquelas que já não consideram a rua tão perigosa e assim passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com alguma renda, o que pode ser observado no perfil do grupo de alguns dos guardadores de carro, descarregadores de cargas e catadores de materiais recicláveis. Já as pessoas que “são da rua” são aquelas que já estão na rua há um tempo e em razão disso foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso de álcool e outras drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição à violência e vulnerabilidade.

Dada a estreita relação deste grupo populacional com as iniquidades sociais em saúde e precarização do alcance das ofertas da assistência social, denota-se a importância das políticas públicas se aproximarem deste público-alvo no campo prático e da pesquisa. Espera-se, desse modo, que ao se propor tal movimento, esta área de conhecimento sustente suas ações em evidências científicas, com vistas a qualificar o cuidado e a assistência especialmente a essas mulheres com que trabalhamos mais diretamente neste estudo, pensando estratégias subsidiadas pelo campo do cuidado com suas particularidades e especificidades da condição em situação de rua de mulheres.

É no contexto social da situação de rua que se insere a dupla centração desta pesquisa desdobrando nosso objetivo geral: de um lado entender a vivência da violência a partir das mulheres e, por outro, a partir da ótica da teoria das representações sociais ([Jodelet](#), 2001; [Moscovici](#), 2012) compreender como elas (qualificadas como sujeito social, coletivo, político e, de veras, subalterno) pensam, sentem e como agem diante da violência estando na situação de rua. Assim articulamos três conteúdos: (a) violência, (b) mulheres-feminino e (c) situação de rua.

Apesar da profusão de conceituações possíveis para entender e conceituar o fenômeno da violência, escolhamos a definição de [Ribeiro](#) (2017, p. 35), que entende que a violência é “ao mesmo tempo experiência, fato, fenômeno e momento histórico que acontecem, rompendo o fluxo esperado para a vida humana e social, causando, portanto, um trauma psicossocial”, sendo que o autor ainda afirma que é impossível vivenciá-la sem a produção de algo. Este autor aponta elementos que nos são importantes, considerar a violência como algo histórico e socialmente produzido e, ao mesmo tempo, como a passagem pela cena/fato de violência irrompe nos sujeitos e coletividades mudanças psicossociais. Este posicionamento corrobora diretamente com a teoria das representações sociais que é estrutural neste artigo.

Ao falarmos sobre a mulher nos deparamos com a estrutura conceitual do que é o feminino. A proposta de [Cisne](#) (2012) e outras literaturas que debatem a condição do feminino vêm iluminando as perspectivas de construções conceituais que se apresentam sob o viés de gênero, quando essas construções nos apresentam aportes culturalistas que, de certa forma, trazem elementos limitadores para se pensar as construções do feminino baseado nas desigualdades, nas lutas de classes e na subordinação do trabalho feminino pelo capital. Assim, desconsidera-se toda uma égide no campo das relações macroestruturais, em razão do rigor teórico-político que o mesmo imprime na análise das relações desiguais entre os sexos.

Para [Cisne](#) (2012), é na busca por compreender a desigual divisão sexual do trabalho e da função do feminino na contemporaneidade, que se faz necessário pensar as diferentes formas de violência sobre o feminino. Como pano de fundo, nos deparamos com uma lógica paradoxal e de dupla exclusão, que assume um caráter reducionista diante da potência da mulher e sua relação com a força de trabalho, ao mesmo tempo em que lhe é exigida dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, para satisfazer as necessidades da conjuntura do que caracteriza domínio público e privado. Diante desta lógica, os homens teriam pertencimento à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres “pertenceriam” à esfera privada, sendo as cuidadoras dos lares. Entretanto, com a alteração do cenário socioeconômico, além da força dos movimentos feministas, esta estrutura tem se modificado, mas não se ressignificam os papéis de gênero de forma igualmente equilibrada.

Por outro lado, pensar apenas na mulher e na sua força de trabalho já tipificada por uma sociedade exclui as possibilidades de uma reconstrução social dos parâmetros delegados ao feminino nas suas várias expressões não normatizantes, assumindo as experiências também públicas.

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (Cisne, 2012, p. 22).

Quando se assume socialmente que mulheres podem ser as expressões que elas assim desejarem, seja na identificação de seus corpos, seja nas representações sociais que estão continuamente em movimento, e, por isso, legítimas para exprimir o que quer que caracterize seus processos de pensar, sentir e agir, permite-se não mais a construção identitária, segundo [Jodelet](#) (2009), pela forma com que a sociedade elaborará e expressará sua nova realidade, mas, acima de novas categorizações, é a ruptura de paradigmas normativos hegemônicos traçados para perpetuar formas de poder e opressão.

Seguindo ainda na compreensão de [Jodelet](#) (2001), um objeto de uma representação social é aquele que é partilhado socialmente e que é alvo de sentidos, discursos e orientações de condutas. Uma representação social não nasce do vazio, ela diz de uma relação social de um objeto com os grupos sociais, que podem, a partir de diferentes movimentos, integrá-lo ou não à cotidianidade. Cabe lembrar que as próprias identidades podem ser alvo de representações sociais, ou seja, os sujeitos podem ser eles mesmos os seus objetos, delimitando identidades aceitas, excluídas e desiguais ([Ribeiro](#), 2019).

Cabe ressaltar que as representações sociais dizem de formas de agir socialmente sobre os objetos que são socialmente partilhados e, não só isso, há objetos de representação – como é o caso da violência – que demarcam lugares sociais, impelem sujeitos e subalternizam outros. Ou seja, desvelam os pactos sociais postos, justificam estruturas e demarcam identidades.

Assim, quando consideramos que estas mulheres já vivenciam as contradições hegemônicas entre o masculino e o feminino em uma sociedade capitalista, elas também vivenciam a violência por estarem em situação de rua. Esta situação impacta diretamente sua forma de existir, de se pensar mulher, de si pensar e de aderir a processos identitários e discursos sociais. Outrossim, dependendo da forma como vivencia e representa a violência ela se vincula ou não a serviços assistenciais. É diante deste cenário que se torna importante perguntar quais as representações sociais da violência para mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte?

Percurso metodológico

A proposta dessa pesquisa se organiza a partir da utilização de métodos qualitativos, de modo a oferecer informações que transcendam as perspectivas de um único dado, podendo traduzir-se em formas semelhantes de ampliar as questões vivenciadas na investigação. Bem como o aporte qualitativo permite transcender concepções pré-elaboradas e imergir nas construções íntimas das narrativas de mulheres que vivem a trajetória de vida nas ruas da regional Centro-Sul da capital de Minas Gerais. Cabe registrar que esta regional é a que mais concentra usuários dos serviços socioassistenciais de abordagem de rua nesta cidade.

A viabilidade de execução se deu devido à autorização junto à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Diretoria de Gestão de Assistência Social, da Subsecretaria Adjunta de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, já com o termo de anuência autorizando a investigação.

Também se fez necessária a autorização da pesquisa pelo Conselho de Ética em Pesquisa - COEP, para efetivação dos pressupostos aqui almejados sob o registro CAAE - 14187513.0.0000.5149. Foi ainda ímpar para a participação a leitura e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a usuárias, a fim de que concedessem a permissão para uso das suas entrevistas nesta pesquisa.

De acordo com as metodologias sustentadas por [Muylaert](#), Sarubbi Gallo, Rolim Neto & Reis (2014), como instrumentos para coleta de dados, foram aplicados 22 questionários semiestruturados e 03 entrevistas narrativas – buscando um aprofundamento dos dados iniciais – a mulheres em situação de rua na regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Os sujeitos foram selecionados por disponibilidade a partir da busca dentro de eventos de rodas de conversas que foram realizadas na sede do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) Centro-Sul. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo ([Bardin](#), 1977).

Importante salientar que a disponibilidade das mulheres para as entrevistas e preenchimento dos questionários se deu em decorrência do acesso às ofertas das atividades programadas que contemplam a metodologia do SEAS-CS (Serviço Especializado em Abordagem Social- Regional Centro-Sul). Em algum desses momentos, tais mulheres foram convidadas a participar da pesquisa. Tivemos três aceites em participar da aplicação da entrevista, bem como uma recusa a dar entrevista, por considerar o tempo de duração muito longo.

Com base na teoria das representações sociais em que os conteúdos trazidos pelas participantes da pesquisa traduzem a realidade e são por ela traduzidos ([Moscovici](#), 2003), foram analisadas categorias que são construídas sobre violência pelas mulheres em situação de rua e quais repercussões essas representações causam socialmente, para si mesmas e no encontro com a realidade das ruas.

O desenvolvimento da aplicação dos questionários teve como objetivo obter dados referentes às mulheres pesquisadas e às suas trajetórias, tendo sido consultada sua identificação, tempo de vida nas ruas, motivadores, uso ou dependência de alguma droga. Além disso, a entrevista narrativa permitiu que as entrevistadas discorressem sobre temas mais amplos relacionados à pesquisa.

Através da entrevista narrativa, a discussão versou sobre a violência para mulheres em situação de rua, informações sobre o processo de vivência nas ruas das mulheres, sua dinâmica cotidiana e as formas de relações consolidadas nessas vivências.

Considerando a incidência de mulheres nas abordagens sociais dos técnicos em suas atividades, através de uma amostragem aleatória baseada na ocasião de abordagem com a população feminina em situação de rua (mulheres cisgênero, transgênero, travestis, transexuais, logo transvestigêneres), as entrevistas foram realizadas na mesma ocasião em que houve a aplicação do questionário.

A análise de dados está construída a partir de três movimentos: (a) apresentação do contexto da pesquisa, que auxilia na justificativa e entendimento do cenário da situação de rua na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte; (b) o perfil das participantes da pesquisa e (c) as categorias de análise conjugando os questionários e entrevistas feitas – a saber, violência e identidade de gênero, local de vida, de inserção social ou de proteção à violência?, a ocupação e a violência, a violência dos ‘companheiros’ e violência institucional. Estes elementos e categorias auxiliam para justificar e entender, como demonstrado no título deste artigo, que para as mulheres em situação de rua no contexto pesquisado, tudo é violência, viver na rua é pura violência.

Apresentação e análise dos dados

O contexto da pesquisa

No contexto desta pesquisa, de acordo com o relatório extraído por meio de geoprocessamento, georreferenciamento e análise qualitativa/quantitativa da base de dados do Cadastro Único (CAD. Único) do município de Belo Horizonte referente ao mês de agosto/2018, tem-se que na capital mineira há 6.241 pessoas em situação de rua inscritas e com os seus cadastros atualizados nos últimos 24 meses¹. Encontra-se uma pluralidade de sujeitos nesse circuito em situação de rua, dos quais fazem parte aqueles que se nomeiam como mulheres. Tal condição é rotineira dentro de uma escalada no aumento da pobreza e precárias condições de moradia, exclusão nas afetividades familiares e parentais, bem como uma série de violações e violências a que estão sujeitas, tendo a rua como alternativa para sobrevivência, ainda que em condições degradantes diante do que se espera da dignidade da pessoa humana.

¹Fonte: Governo Federal – MDS / Cadastro Único. Belo Horizonte, julho 2018, CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

Ao circular pelo centro da cidade de Belo Horizonte tem sido comum identificar o trânsito e a convivência de mulheres em situação de rua nos espaços públicos e de maior densidade populacional. Essa percepção empírica é confirmada pelos dados do SIGPS (Sistema de Gestão em Políticas Sociais²) dos atendimentos de mulheres no território da regional Centro-Sul.

Temos identificado casos de gestantes, idosas, e em menor quantidade crianças ou adolescentes femininas, que quando encontradas estão com algum familiar, ou evadidas de lares violentos ou de acolhimento institucional. Também há casos de adolescentes em conflito com a lei, que evadiram de suas casas de acolhimento socioeducativos de semiliberdade ou casas de acolhida, como as Unidades de Acolhimento Institucional - UAI. São frequentes ainda os casos em que se tem identificado mulheres que estejam em cenas de uso e de dependência química, além do elevado quadro de sofrimento mental, o que tem aumentado a dificuldade de intervenções e ofertas dos serviços socioassistenciais.

Cumpramos destacar que a cidade de Belo Horizonte está dividida em nove regionais (Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova), sendo que a regional Centro-Sul detém o maior contingente de pessoas em situação de rua de Belo Horizonte (Tabela 1). A escolha desta última se deu pela principal justificativa de ser a regional com maior número de pessoas em situação de rua cadastradas no Censo Suas Pop Rua e pelo pesquisador estar na coordenação do equipamento CREAS-CS.

Tal fenômeno pode estar fundamentado em causas diversas, desde o êxodo de outros municípios e até mesmo outros Estados, acreditando que a capital oferece melhores oportunidades, até casos que estão relacionados com sofrimento mental e adoecimento de outras ordens, bem como violência, uso de drogas e trajetórias de violação de direitos.

Outrossim, há nesta regional ofertas e oportunidades do eixo econômico, ofertas de serviços próximos, acesso a restaurantes populares e à rede de saúde pública, além do acesso ao parque municipal que é um ancoradouro que proporciona proteção aos usuários, por ter grande contingente de guardas municipais e facilitar o trânsito de outros territórios para o hipercentro. Dessa forma, apresentam-se fatores relevantes para o elevado número de pessoas em situação de rua nesta regional. Esses dados foram consolidados no decorrer dos atendimentos às pessoas em situação de rua e lançados nos registros do SIGPS, no mês de julho/2018:

Tabela 1. Distribuição de pessoas em situação de rua (n=6117) cadastradas e atualizadas por regionais de Belo Horizonte – 2018

Regionais	Pessoas	(%)
Barreiro	183	3,0%
Centro-Sul	3549	58,0%
Leste	458	7,5%
Nordeste	97	1,6%
Noroeste	650	10,6%
Norte	713	11,7%
Oeste	98	1,6%
Pampulha	102	1,7%
Venda Nova	168	2,7%
Endereço Não Georreferenciado	99	1,6%
Total Geral	6117	100,0%

Fonte: Governo Federal – MDS / Cadastro Único. Belo Horizonte, julho 2018. CECAD - MDS. Belo Horizonte, julho 2018.

²Sistema de Gestão em Políticas Sociais. Esse sistema é uma ferramenta que auxilia o trabalho dos profissionais dos CRAS, CREAS e Unidades de Acolhimento da Criança e do Adolescente no registro do atendimento prestado às famílias e indivíduos, e no gerenciamento de ações que permitem a qualificação do atendimento. no território e na população atendida, e atuam em unidades de assistência social. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/prontuario-suas/>

Hipotetizamos que o hipercentro³ e Belo Horizonte concentra os serviços básicos a que toda a população recorre. O acesso próximo à rodoviária, a restaurantes populares, abrigos e albergues para a pessoa em situação de rua, a ampla concentração de comércios, estabelecimentos e serviços públicos e o acesso a viagens por meio do benefício de passagens do serviço do plantão do migrante, entre outras facilidades, favorecem a tentativa de buscar resoluções para os problemas emergenciais da população em situação de rua.

Há ainda os espaços de repouso nessa região que favorecem a sua permanência, tais como parque municipal, alamedas hospitalares, saguão da rodoviária e outras áreas que costumeiramente são frequentadas para viver nas ruas. Desse modo, o grande número de pessoas em situação de rua localizadas na regional Centro-Sul impacta diretamente na oferta de serviços e programas voltados para essa população, sendo necessário o desdobramento de esforços e articulações intersetoriais e de gestão para garantir o acesso e oferta aos serviços e atendimentos.

Através dos dados levantados no último Censo Sistema Único de Assistências Social do município de Belo Horizonte, foi possível identificar que da população de rua de Belo Horizonte (n=6.117), 10,3% (628) são mulheres e 89,7% (5.489) são homens. A representatividade de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte segue um padrão regionalizado, podendo ser verificada essa mesma porcentagem na regional Centro-Sul.

Muito embora seja expressivo, o contingente masculino em situação de rua não é objeto de nossa pesquisa. Aqui não questionamos por que há mais homens nesta situação, mas voltamos nossa atenção a uma minoria de mulheres, que segundo o Censo Pop. de Rua são mais susceptíveis a formas de violência,

sendo que 36% delas alegam ter sofrido violência sexual, segundo o SIGPS, em julho de 2018.

No ano de 2018, desde seu início até a data de 29/09, foram realizados 276 encaminhamentos para a rede de atenção, proteção e políticas públicas para o cidadão. Destes podemos identificar que 137 encaminhamentos foram realizados para a Gerência Regional de Programas de Transferência de Renda e Geração de Trabalho, correspondendo a quase 50% dos encaminhamentos, sendo distribuídos os outros 50% entre outras demandas como albergues, abrigos, repúblicas, tratamento de saúde e dependência química⁴.

No último Censo de 2013, realizado no município de Belo Horizonte, foi constatado que os principais motivos relatados que teriam levado os entrevistados a viver e a morar na rua são: os problemas familiares (52,2%), seguidos pelo abuso de álcool e/ou drogas (43,9%), a falta de moradia (36,5%) e o desemprego (36%). Estes dados reforçam a tese da falta de políticas públicas efetivas em setores como educação, saúde, habitação e trabalho. Expressam, assim, mais uma forma de violência e desigualdade social vivenciada por esta população.

Nesse cenário diverso é que trazemos à tona as questões relacionadas à violência das/contra/com as mulheres em situação de rua, ou seja, a experiência do feminino e de suas representações na vulnerabilidade extrema: o viver na rua.

Perfil das participantes da pesquisa

O Quadro 1 sintetiza as informações sobre o perfil das participantes do questionário, trazendo também os motivos que as levaram para a rua e uma definição própria sobre a violência. Cada um desses dados é discutido nas categorias de análise.

³Área definida como objeto de zoneamento (ZHIP), pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano nº 7165 de 27 agosto de 1996, Cap. II, art. 7º, XXV: "§1º- hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das Avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta, incluída a Praça Saul Soares, até a Avenida Álvares Cabral, por esta, até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, por esta em sentido anti-horário até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem."

⁴Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- SACWEB - Sistema Informatizado de Atendimento ao Cidadão (29/09/2018).

Quadro 1. Perfil das Mulheres em situação de rua participantes do questionário, Belo Horizonte, 2019 (continua)

	Idade	Há quanto tempo vive em situação de rua (em anos)	Local onde vive	Tem companheira/o?	Há quanto tempo tem companheira/o?	Motivo que a levou para situação de rua	Definição de violência
A	30	25 anos	Savassi	Sim	"02 anos"	Briga familiar.	"Tudo é violento, viver é violência".
B	30	3 meses	Barro Preto	Sim	"2 semanas, anterior vivi 3 meses, com o anterior"	Falta de passagem para retorno ao município, depois desistiu de voltar para a cidade natal. E agora não quer mais.	"Agressões contra a integridade física da pessoa, força, contra a vontade".
C	36	14 anos	Barro Preto	Não	"Teve mandato de protetiva, o companheiro deu uma tijolada na minha cabeça. Fui parar no IML e ele teve mandado de segurança"	Quando veio da Bahia, promessa de trabalho em um restaurante.	"E a violência dos homem contra as mulher. Os homens tá fazendo muita malvadeza com as mulher. Medo de aparecer morta na rua. A rua tá muito perigosa".
D	34	22 anos.	Barro Preto	Sim	"13 anos"	Expulso de casa aos 12, (homofobia irmão e mãe), Desemprego	"Ignorância e estupidez de uma pessoa. Não saber se comportar e agir com violência".
E	48	11 anos	Área Hospitalar	Sim	"3 meses"	Estupro quando vulnerável, e após assassinato do pai, ela foi pra rua 17 anos de idade.	"E uma relação de ódio contra os nossos, irmãs, FEMINICÍDIO, estupro de vulneráveis, crianças sendo tomadas de suas mães".
F	36	10 anos	Estação Lagoinha	Não	"Viveu 5 anos com o companheiro"	Uso abusivo de drogas.	"Algo que machuca física e verbalmente".
G	44	3 a 4 anos	Savassi	Sim	"4 anos"	Desemprego.	"Quando há agressão física. Xingamentos eu nem ligo. Mas já jogaram água em mim enquanto dormia. Já tô acostumada com essa falta de educação e ignorância".
H	45	mais 10 anos	Área Hospitalar	Sim	"3 anos"	Vício em crack.	Abuso de álcool e violação quando está no momento de uso e depois diz que foi porque quis.
I	40	Mais de 30		Sim	"6 anos"	Quis, perdeu mãe, perdeu pai,	"Nem sei sabe responder, se não tivesse educação tinha matado todas as pessoas violência."
J	52	2 anos	Barro Preto	Sim	"4 anos"	Não soube informar especificamente.	Não sabe.
K	40	18 anos	Área Hospitalar	Sim	"2 meses"	Droga, estupro	"Apanhar de homens." Está de medida protetiva.
L	52	12 anos	Barro Preto	Não	--	Uso abusivo de crack.	Não soube responder.
M	19	5 anos	Área Hospitalar	Sim	"1 ano"	Conflito familiar.	"Violência policial, física ou do companheiro".

Quadro 1. Perfil das Mulheres em situação de rua participantes do questionário, Belo Horizonte, 2019 (conclusão)

	Idade	Há quanto tempo vive em situação de rua (em anos)	Local onde vive	Tem companheira/o?	Há quanto tempo tem companheira/o?	Motivo que a levou para situação de rua	Definição de violência
N	89	20 anos	Área Hospitalar	Não	--	Vida difícil na família, foi colocada para viver com uma tia aos 13 anos.	"Esse mundo de hoje tá muito violento, a gente não tem mais sossego".
O	20	3 anos	Barro Preto	Sim	"6 meses"	Ameaça do tráfico.	"A pessoa ser agredida fisicamente e verbalmente".
P	43	9 anos	Barro Preto	Sim	"5 anos"	Drogas.	"Agressão física, psicológica e verbal".
Q	40	27 anos		Sim	"15 anos"	Morava em São Paulo e veio para MG e não se adaptou na casa da família e começou a trajetória de vida nas ruas.	"Trairagem".
R	34	1 ano	Área Hospitalar	Sim	"5 anos"	Falta de emprego.	"É a gente ficar na rua, sem dignidade. É uma coisa que machuca a gente. Ser humilhada pelas pessoas. A gente nem parece gente".
S	38	6 anos	Savassi	Não	--	--	"É ficar só nesse mundo. Ah, eu não gosto de solidão. Logo, logo eu arrumo alguém pra ficar comigo. Mas tem que me respeitar. O "outro" me bateu muito, sabe. Mas às vezes ele me protegia também. É engraçado, né?"
T	29	5 anos	Savassi	Sim	"3 meses"	Falta de condições financeiras.	"É os homens pegar a gente a força, abuso sexual que fala, né".
U	26	Tem 7 meses	Área Hospitalar	Não	"Depois da rua tive dois".	Dois pontos: desemprego foi fator principal e segundo a identidade de gênero. Meu pai era... transfobia familiar e não me aceitavam.	"Acho que qualquer violência pode ser resumida em violação de dignidade".
V	25	Tem 3 anos	Praça da Estação	Não	"Tive vários na rua, mas nesse momento não. Esses homens não prestam"	Ninguém quer uma travesti por perto né, minha filha. é UÓ.	"Acho que qualquer violência é atingir a gente na nossa pessoa sabe. A gente só quer ser humano".

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Destes dados nos chama a atenção sobre o tempo de vivência em situação de rua. 40% delas já ultrapassaram os 10 anos em situação de rua. Esse é um elemento importante para problematizarmos o campo das entregas das políticas socioassistenciais e demais políticas públicas para a proteção de populações em situação de vulnerabilidade sociais, em razão de uma série de fatores que foram postos nas experiências sociais e pessoais dessas usuárias.

Alguns relatos dizem da dificuldade em aderir aos acolhimentos institucionais, sejam abrigos, repúblicas, albergues, etc., por motivos das regras institucionais que são muito rígidas. Outras situações referem-se, ainda, às razões que as levaram a condições de rua, que é o rompimento dos vínculos afetivos familiares e comunitários. Temos ainda grupos de participantes que têm de 5 a 10 anos de vida nas ruas e representam 36% e outras populações de 2 a 5 anos tendo aí a representação aproximada de 14%.

Há um contingente relativo de populações que entraram recentemente para a trajetória de rua, representando em torno de 10% das pesquisadas. Esses dados e informações nos fazem refletir sobre alguns processos que surgem para além das condições já narradas nas entrevistas. Em decorrência de exclusões sociais, também do acirramento e precarização no campo social e econômico, devido à ausência financeira, essas pessoas não mais deram conta da manutenção dos seus espaços domiciliares, o que inclui desde locação imobiliária a despesas básicas, como energia elétrica, água e alimentação. Assim, tiveram que abrir mão de suas moradias, o que culminou em sua ida para as ruas.

Análise das Categorias

Categoria 01: violência e identidade de gênero

Nesta primeira categoria discutimos a definição de uma identidade a partir do gênero que se identificam.

Embora diretamente isso não desvele uma violência, a apropriação de determinado gênero pode ser crucial para a vivência da violência estando em situação de rua. Ou seja, se identificar como mulher pode ser um preditivo a sofrer violência. Dentre as 22 participantes da pesquisa, 17 se apresentaram como mulheres cisgêneras⁵ porque se reconhecem com o sexo designado no nascimento. Outras 2 se identificam como mulheres, sem se posicionar em relação à cis ou transgeneridade. Além disso, outras duas relacionam-se no mundo como “identidade de gênero não binária” e “ovni”⁶, considerando que suas expressões de gênero transitam entre o feminino e o eventual exercício de papéis considerados masculinos.

Tal vivência é cunhada por um paradoxo que as ruas lhes impelem. A identificação nomeada pelas duas é particular, ao tempo que, na vivência das ruas, as suas expressões de sexualidade, suas manifestações afetivas, não as categorizam como tendo uma identidade no campo feminino. Ou seja, na categoria de gênero, estariam para as expressões do masculino, bem como as suas manifestações afetivas, psíquicas, subjetivas, estéticas não estão enrijecidas no binômio masculino-feminino, mas objetivadas nas experiências femininas, das quais as mesmas constituíam para si, social e culturalmente.

De acordo com depoimento da participante “A”, temos:

“Ah! Me lembro! Você lembra o que eu respondi? Eu me lembro. OVNI! Aahahah! (...) Eu parei. Exato! Quando eu falei aquilo pra você, que eu era um óvni, que eu não me encaixava... Porque eu não vivia... Eu vegetava. Eu tava num mundo que não era o meu. Porque um objeto não identificado... Eu não me identificava. Hoje eu posso falar pra você que eu me identifico com uma pessoa que trabalha, com uma pessoa que ama, como a pessoa que quer seu próprio bem, com uma pessoa que tem visão, tem discernimento, hoje em dia, hoje eu sou gente. Não sou mais veneno. Não sou ovni mais”.
(A. entrevistada, heterossexual, sem identidade de gênero normativa binária).

⁵Refere-se a pessoas às quais sua identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento (Damasceno Junior & Riani, 2019).

⁶Aqui participante se refere a “OVNI”, Objeto Voador Não Identificado

Assim sendo, ela acreditava que existe algo para além da sua posição nomeada socialmente. Contudo, não conseguia traduzi-la. As mulheres que se percebem nessa condição alegam não serem categorizadas com os outros elementos nominados nos registros de gênero postos ao feminino ou ao masculino. Ainda que elas construam uma identidade que seja flutuante (ora isso, ora aquilo), não estão circunscritas dentre as várias expressões identitárias no campo de gênero, não se prendendo a essas categorias estruturantes, o que dá sentido ao seu estar no mundo, como processo de ancoragem daquilo que elas nomeiam para si mesmas.

O que se percebe no campo da identidade de gênero de algumas dessas mulheres investigadas, para poder eleger um campo identitário, é ainda uma necessidade de ajustes simbólicos sobre as experiências e possibilidades de expressões de gênero que pudessem definir sua nomeação. Baseado na carga cultural marcada pelos repertórios de significados que essas sujeitas compõem e constituem suas identidades culturais hegemônicas, vem sendo rechaçado pela experiência vivida em situações de menor rigor normativo, como a vida nas ruas, e transcendem o campo simbólico e se materializam no corpo. Dando um caráter de descontinuidade da identidade masculina, mas traduzindo novas expressões de gênero, em que se pode externar matizes com suas performances estabelecidas, daquele momento em diante.

O conceito “não binário” foi atribuído a uma entrevistada especificamente, por se tratar de uma dificuldade de identificação tanto com gênero masculino quanto com gênero feminino. Foi necessário no questionário apresentar as descrições do que se referia conceitualmente o termo. Nesse sentido, o indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e gênero a ele estabelecidos e os ressignificam interiormente, aceitando ou rejeitando-os.

Dessa forma, [Jodelet](#) (2001) diz da mudança do estranho para o familiar, o que requer um processo de assimilação (objetivação e ancoragem) em que certos objetos se tornam agradáveis à experiência social. Durante esse processo, pode haver preconceitos e estigmatização, uma vez que a própria sociedade lê e organiza seus conteúdos e conhecimentos a partir

de uma matriz de análise que é compartilhada histórica, material e socialmente. Não é possível que este processo esteja alheio ou externo a si, pois há uma tríade de representação sujeito-objeto-outro, em que há uma reciprocidade de representações ([Jodelet](#), 2001). Em outras palavras, em ocasião oportuna, fará familiar esse desconhecido, diante de si e dos outros.

Veja-se a seguinte fala:

“Eu diferencio bem mulheres de trans.” (“U”, transgênera em transição para a identidade feminina).

O lugar em que esta entrevistada se coloca convida a uma reflexão. Sua história é marcada por uma série de fatores violentos. Sua percepção quanto à própria identidade de gênero a exclui de um lugar que está dado para o feminino cisgênero. Enquanto a identidade de gênero for percebida sob uma perspectiva binária, em que uma categoria exclui a outra, como parâmetro para diferenciar mulheres de homens, estar-se-á incorrendo nas graves exclusões de novos processos identitários.

O processo de violência estrutural, igualmente, é um marcador de pressão por inferência que culmina nas relações de subserviência de gênero. Ainda que o feminino detenha elementos materiais e subjetivos para lidar com esta situação com força e resiliência, na tentativa de novas ancoragens e objetivações, também acaba por expor outras formas de exclusão, como misoginia, sexismo e LGBTfobia⁷ situações que se evidenciam na rotina de populações vulnerabilizadas por determinantes estruturais, como raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

Categoria 02: Local de vida, de inserção social ou de proteção à violência?

Na categoria “local onde vivem”, há a indicação de escolhas de lugares dentro da regional Centro-Sul que garantam ou representam lugares em que se possa viver melhor, escapando de certas formas de violência. Identificou-se que 35% das participantes se encontram na Microrregião do Barro Preto. Essa informação é relevante por ser uma região de circulação intensa de população que vive próximo ao centro comercial, além de circulação de populações de outros

⁷LGBTfobia: pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles(as) que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo (práticas homoeróticas e afetivas). Atuando como forma específica do sexismo, a LGBTfobia rejeita, igualmente, todos(as) aqueles(as) que não se conformam com o papel de gênero predeterminado ao nascimento ([Damasceno Junior](#) & Riani, 2019).

municípios, que vêm em busca do comércio de roupas. Há também uma outra parte de circulação populacional de pessoas que fazem uso do espaço para acesso a Defensoria Pública, Promotorias, Fórum, região de acesso à Vara Trabalhista, ao Instituto de Identificação, ao Centro de Saúde Oswaldo Cruz, a Escolas Especializadas para pessoas com deficiências, a Escola de Formação em Saúde Pública, a Escola para pessoas com deficiência auditiva, etc.

Esses espaços do entorno da região do Barro Preto, por abrigarem instituições ou equipamentos públicos, têm uma alta concentração de pessoas circulando e se movimentando na referida região. Dessa forma, atribui-se a essa região um caráter protetivo, tendo em vista a presença marcante dos aparatos de segurança pública, representados por rondas de vigilância militar, guarda municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, e estabelecimentos em que o circuito e o fluxo da segurança pública preventiva e ostensiva é intenso.

Esses são elementos relevantes para compreendermos que a permanência na região do Barro Preto se justifica por uma possível sensação de segurança entre todos os outros locais do hipercentro da cidade de Belo Horizonte. Uma permanência conveniente pela segurança e a possível situação de prostituição.

Um outro fenômeno interessante de se observar é que nesta região se estabelecem pessoas que estão com o maior tempo em situação de rua, conferindo a este espaço um campo relacional de sociabilidade comunitária entre os comerciantes do entorno, a rede de saúde e atenção e os próprios munícipes residentes. Dessa forma, essa rede de apoio se torna salutar para a preservação dos usuários em situação de rua, visto que há uma relação consolidada afetivamente, ainda que em grande dissonância de classe social.

Com relação ao aspecto da segurança alimentar, a população em situação de rua deste entorno tem uma condição especial de acesso ao restaurante popular da região hospitalar, sendo um dos recursos ofertados como política pública a isenção e gratuidade das refeições realizadas durante o dia para todas as pessoas que estão em situação de rua. Para esse acesso, é necessário tão somente realizar a confecção da

carteira de identificação, o que é ofertado nos serviços da Atenção do Cadastro Único e Transferência de Renda e nos equipamentos da política de proteção social especial.

Já na região da Savassi, localizamos 20% das participantes da pesquisa. Diferentemente da sensação de proteção relatada pela população que se localiza na região do Barro Preto pela segurança pública e da relação afetiva comunitária constituída na região hospitalar, a região da Savassi tem o maior circuito de concentração de população de jovens que frequentam os estabelecimentos locais noturnos, discotecas, bares e áreas de sociabilidade, o que influencia fortemente na elevada concentração de mulheres em situação de rua neste local, tendo em vista que fica favorecida a mendicância.

Sendo frequentada geralmente por uma categoria e classe social melhor posicionada economicamente, a região contribui para permanência de pessoas em situação de rua em virtude da possibilidade de exercício de pequenas atividades laborais, dentre as quais podem ser destacados trabalhos informais como cuidadores de carros, catação de materiais recicláveis, lavagem de veículos, entre outras atividades que viabilizam a geração de alguma renda.

Na última região, nominada como “Estação 104”, concentrava-se 5% das participantes deste estudo. Tal local é caracterizado como o campo de maior vulnerabilidade da região do hipercentro em razão de alguns fatores que serão melhor explicitados adiante. A Estação 104 se localiza territorialmente na confluência de outras 3 regionais, sendo composta assim pela Regional Leste, Regional Nordeste, Regional Noroeste e Regional Centro-Sul. Atualmente, ações estratégicas são realizadas para cobrir o campo das proteções sociais nessa região, denominada de Complexo da Lagoinha.

Tal complexo possui peculiaridades, podendo ser observados fenômenos distintos dos outros espaços estudados. Há ali as tradicionais “malocas”⁸ as quais são utilizadas para fazer uso de drogas, para permanência e pernoite. Há algumas pessoas que utilizam deste espaço também para aproveitar a condição de

⁸Maloca é a denominação que os próprios moradores de rua atribuem ao local e ao modo de vida deles, significando um modo específico de viver na rua: não construção de proteção aos próprios corpos, embriaguez, mendicância, exposição a violências. O local é uma grande calçada coberta e sombreada pelo terminal de ônibus da linha 104, sob a escadaria do metrô da Estação Lagoinha.

vulnerabilidade da população em situação de rua e misturar-se entre ela para realizar o tráfico de drogas.

Por se tratar de um território pouco acessado por aparatos da segurança pública, equipamentos de proteção no campo socioassistencial e ofertas de outros bens e serviços, inclusive em razão de estar localizado geograficamente na zona boêmia do hipercentro de Belo Horizonte, espaço de marcadas exclusões sociais, fortes estigmas e preconceitos são impressos às pessoas que vivem por ali. São geralmente populações vulneráveis, mulheres que estão em situação de trabalho e/ou exploração sexual, tráfico de drogas, consumo e venda de pequenos objetos furtados, entre outras atividades degradantes. Trata-se, portanto, de uma localização que é marcada socialmente como um ponto de vulnerabilidade elevada e riscos sociais, fazendo com que haja uma grande rotulação social sobre as pessoas que habitam esse território.

Apesar dessas análises das ocupações do espaço do hipercentro de Belo Horizonte em busca de inclusão social, inserção financeira ou proteção, elas também dizem de representações sociais da violência por trazerem em si orientações de quais melhores locais se pode viver e vivenciar menos violência mesmo estando em situação de rua.

Entretanto, mesmo havendo uma busca por melhores lugares de vida, verifica-se através da fala de uma entrevistada resposta peculiar com relação à sua percepção de violência no espaço, restringindo apenas à violência física: “Não tem lugar certo por medo de espancamento” (sic).

Categoria 03: A ‘ocupação’ e a violência

Nesta terceira categoria, há a evidência das atividades laborais como formas de não vivenciar a violência. Foi identificado que grande parte das participantes da pesquisa tinham alguma função laboral, com exceção daquelas que informaram não exercer nenhum tipo de atividade ou que executavam a função de mendicância.

Por se tratar de respostas abertas, várias situações remetiam a uma mesma atividade, de modo que foi

necessário criar categorias fixas para que se pudessem consolidar as atividades atribuídas: 22,7% das mulheres exercem atividade de coleta de materiais recicláveis, 4,5% do total desenvolvem atividades de faxineira, profissional do sexo, cuidadora de veículo em vias públicas e lavagem de automóveis na rua, 18,2% informam não fazer nada e outras 22,7% relatam estar desempregadas.

Importante salientar que durante a pesquisa identificou-se que as mulheres que estavam desempregadas compunham a população que está a menos tempo em situação de rua, de modo que ainda não davam conta de se referir no presente como desempregadas. Elas informaram durante a pesquisa as ocupações que tiveram no decorrer de suas trajetórias, mas não necessariamente manifestaram a ausência de trabalho no momento atual. Ao ser perguntada sobre a sua ocupação atual, assim relata uma delas:

“Eu trabalhava na roça, apanhando café. Trabalhei muitos anos na lavoura (...) sei costurar sapato.”
(participante “I”).

Outra reproduz igualmente: “limpava restaurante”. Relata ainda que fazia faxina, mas, em decorrência da crise, o seu patrão a dispensou e, com isso, foi parar nas ruas.

Observe-se também a seguinte fala:

“Dois pontos: desemprego foi fator principal [para estar na rua] e segundo a identidade de gênero. Meu pai era... transfobia familiar e não me aceitavam.”
(participante “U”).

A ausência de trabalho pode se tornar um marcador de dupla violência. Ao mesmo tempo em que estar nessa situação alimenta a violência intrafamiliar, colocando em conflito a desocupação da entrevistada frente à necessidade de contribuir nas questões familiares, fator cultural construído em torno da emancipação do homem após sua maioridade, também acaba por denunciar uma forma de exclusão de acesso a oportunidades, em virtude da transfobia, situação que se evidencia na rotina de populações vulnerabilizadas por determinantes estruturais como raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

Categoria 04: A violência dos 'companheiros'

Quanto às violências perpetradas pelos companheiros, utilizaremos as reflexões que surgem desde que a Organização das Nações Unidas (ONU, 1993). A legislação (Lei nº 11.340, 2006), com o advento da Lei Maria da Penha, vem atualizar o rol das proteções para mulheres em situação de violência, ampliando também em seu art. 5º o conceito que antes atribuía o campo protetivo apenas às relações de caráter doméstico:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
 [...] III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Logo, o determinante da ação característica da violência contra a mulher passa a não depender do domicílio, tomando centralidade a trama afetiva que se tem entre a vítima e seu agressor. A violência contra a mulher se manifesta em processo crescente em nossa realidade, atingindo cada vez mais mulheres de todas as classes sociais e etnias de maneira grave. Entretanto, cumpre ressaltar que suas maiores vítimas são mulheres em situação de vulnerabilidade, amplificada por várias outras formas de violação de direitos que vivenciam cotidianamente, como violências, preconceitos e desigualdades sociais, culturais, econômicas, raciais e de gênero.

Dentre esta população mais afetada encontram-se as mulheres em situação de rua. De acordo com a pesquisa realizada, 68,2% das entrevistadas informaram a presença de um companheiro em suas vidas e aquelas que no momento não estavam com um companheiro relataram que, em decorrência de processos de violência, romperam suas relações.

Foi constatada uma realidade em que as mulheres buscam incessantemente por autoproteção, ainda que às custas de continuidade da violência, a qual passa a ser recebida de um único agressor: o companheiro. A maior parte das mulheres entrevistadas relatam que se organizam em torno da vida afetiva.

Não que necessitem de amor, mas necessitam de segurança. Essas foram algumas das várias exclamações trazidas por elas durante as entrevistas:

“Aí um beijo, um abraço, meu marido (risos) eu, eu fico feliz porque ele tá do meu lado agora. Ter uma companhia faz bem. Esquece as coisas ruins. Ter uma pessoa que só te faz bem. Tanto para aquela coisa ruim, entendeu? Ter um parceiro. Hoje. Parceiro. É, estando na rua, não é mais o meu caso. Na rua isso é uma forma de proteção. Companhia má, às vezes proteção também para mim. Começou sendo uma proteção, companhia. Depois dessa companhia começou a ser desconfiança, agressor, você... Tenho amigas que escolhem estar com alguém, com parceiros para não sofrer violência. Tipo... Conheço vários que escolhem, ficam com o homem, no lugar. Uma semana vê que não é gente boa, mete o pé na bunda dele e, vai pulando, pulando, até achar a pessoa gente boa e procurar as pessoas. Ficar com ela. (...) pessoas que estão em situação de rua vou falar que eu já vivi, só posso falar de homossexual porque eu sou um, só posso falar da mulher porque eu sou uma, só posso falar de homem porque eu sou um, você entendeu eu sou 3 em 1” (“D” pessoa que está em situação de rua).

Tiene (2004, pág. 156) descreve em seu livro que “as mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso”. Seus corpos revelam traços de “utilidade-obediência”. Dessa forma, é possível perceber triplamente o papel da violência sobre os corpos femininos, seja pela violência estrutural que se coloca diante do masculino pelas identidades nominadas femininas na nossa sociedade patriarcal capitalista, seja pela estigmatização social da pessoa em situação de rua e sua subcategoria de classe social, ou ainda pela discriminação nas ruas, espaço de sobrevivência posto para o masculino.

Constatou-se através das falas das participantes da pesquisa que a violência para elas está diretamente relacionada ao companheiro. Fator importante de nota é que, muito embora a violência esteja imbricada nas relações de mulheres em situação de rua, a sua maioria espera retomar os afetos com algum parceiro. Este fenômeno não é incomum, e está evidenciado pelos atendimentos também no SEAS, em que as mulheres, sejam elas cis ou transvestigêneres, manifestam o desejo de estar ou continuar se relacionando, mesmo se encontrando em situação de rua.

Ao mesmo tempo que mulheres cisgênero identificam-se como mais propensas a sofrer violência nas ruas e também pelos seus parceiros, mulheres de identidade não cisgênera relatam que majoritariamente as mulheres cis sofrem maior intensidade nos processos de violência, em razão da ausência de proteção coletiva, conforme se depreende da fala a seguir:

“Os principais motivos, assim... o que o que favorece pra mulher sofrer mais violência? Oh, um grande fator de violência é ter um companheiro, porque os companheiros de mulheres principalmente mulheres cis, eles são muito agressivos. Agride mesmo! Você separa muito! mulheres cis sofrem mais violência do que as mulheres trans, é claro! As mulheres sofrem mais violência porque, na hora de fazer programa, porque tem alguns casos que eles, eles violentam, sabe? Mas a mulher cis apanha do próprio companheiro dela. Nós trans, a gente sofre violência lá no programa, e no caso da gente, se uma travesti sofre, todas vão assim, mais em cima deles, minha filha! Mulheres não têm essa unidade, é mais frágil. Então, hoje, tem essas duas realidades. Diferença de violência né.” (participante “U”)

Nessa categoria, pode-se perceber as reproduções sociais de violência no campo cultural de uma sociedade marcada pelo patriarcado heteronormativo hegemônico. Ainda que haja proposições de rupturas desse sistema por parte das mulheres, as marcas da violência estrutural estão postas nas relações de dominação, exclusão do feminino e poder do homem.

Esse relato trouxe uma inquietação aos pesquisadores, pois parece surpreendente que as mulheres transvestigêneras participantes acreditem que as mulheres cis sofram mais violência, mesmo no Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo, dado que se revela em dossiê elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), que identificou que 124 pessoas trans foram assassinadas em 2019 (Esquerda Diário, 2020). Leva-se em consideração também que este número divulgado pela ANTRA demonstra apenas casos revelados pela mídia, havendo subnotificação dos casos pelas autoridades. Tal realidade é objeto de muitos estudos atualmente no Brasil, como aponta o estudo de Pedra (2018).

Muito embora esses dados sejam alarmantes para o Brasil, as mulheres entrevistadas se colocam em uma posição um pouco mais confortável em relação aos agressores das também mulheres entrevistadas cisgêneras, devido à sua organização afetiva e à rede de autoproteção em que elas se organizam. Nessa esteira, as expressões colocadas por mulheres desse grupo minoritário se referem ao sentido que as ruas dão para aquelas que cresceram e formaram ali circuitos de amizade, confiança e lealdade umas com as outras, favorecendo uma organização que, segundo elas, não é levada a cabo pelas mulheres cisgênero. A associação que aqui se destaca pode ser verificada no seguinte relato de “D” sobre as afetividades em apoio aos pares:

“(…), lá eu rachei fora, que eu vi que a violência lá é demais. Aqui em Belo Horizonte já, todo mundo já tá se abraçando, está tolerando pelo menos né, suportando. Aqui em Belo Horizonte eu não tive problemas. Por incrível que pareça Deus botou um amor delas no coração” (Participante “D”).

Categoria 05: Violência Institucional

Até o presente momento tratamos das ofertas para as garantias de cidadania, dos direitos constituintes, do binômio masculino-feminino e das compreensões das questões sociais que giram em torno das pessoas a quem se dirigem tais garantias. Entretanto, sabe-se que tais direitos e garantias não são vivenciados por todos, seja pela ausência de informação, pela alienação e desproteção social ou ainda pela contínua violência estrutural. Na capital, mesmo que de forma reduzida, uma parcela da população ainda não acesa seus direitos sociais básicos. Os processos para tal conquista se fazem sob contestações, queixas, e por vezes sob abusos e violência institucional. O fator identitário é um grande elemento dificultador para as pessoas em situação de rua, pois é nessa expressão que tais sujeitos incorrem à sua inscrição no social, no relacional, afetivo, subjetivo e inclusive no real para recorrer às solicitações e encaminhamentos de suas demandas.

De acordo com o depoimento de “U”, podemos verificar os desafios mais básicos que estão para população em situação de rua:

*“Acho que tem uns: não posso falar que tem facilitador... Porque a própria realidade fazia querer mudar sabe, tudo o que eu sofro... então eu preciso lutar para não ter isso mais. Dificultador é porque, procurar emprego. Como é que eu vou fazer se eu não tenho nenhuma roupa direito? Não tenho documento direito. Não tenho roupa. Você sabe, que tem que ser bem apresentada. Então tem esses dois lados.”
(participante “U”).*

Alguns fatores que parecem simples aos olhos do cidadão comum são muito relevantes para as pessoas em situação de rua, o que revela a naturalização social sobre as necessidades básicas dessa população. A falta de documentação e moradia fixa, por exemplo, tornam ainda mais difícil a acessibilidade às políticas estruturantes e até ao próprio emprego. Diante disso, garantimos algumas estratégias para os usuários que se encontram em situação de rua, visando a resguardar possibilidades de melhores condições, como o uso do logradouro do serviço que os atende como referência para contatos, bem como a confecção da documentação civil. [Alves](#) (2013) aponta que a vida nas ruas possui uma dinâmica própria e paralela, além da efemeridade dos vínculos e outros pactos e regras sociais.

Discussões e considerações finais

A partir do material coletado e apresentado, verifica-se que as representações sociais sobre a violência requerem criar estratégias de autoproteção territorial, calculando as melhores localizações para permanência e uso dos espaços públicos urbanos da regional Centro-Sul, seja no momento de repouso levando em conta a segurança do local escolhido, seja ainda na ocupação de locais para acesso a bens e serviços públicos. O lugar da política pública nesse momento se faz relevante, desde a política de segurança, diante das constantes violações de direitos pelos parceiros ou outras violências vividas nas ruas, até a política de assistência social e segurança alimentar e nutricional para acesso e garantia de efetivação de suas necessidades socioassistenciais, além da política de saúde no acompanhamento médico e rotinas clínicas. Ainda que seja para o próprio ócio ou mendicância, a eleição de locais adequados é calculada a partir da iminente ameaça de violência e do cálculo de sua efetivação.

A Representação Social (RS) da violência está também na relação sexual do trabalho como prática, sendo a violência identificada como maior elemento de vulnerabilidade que culminou na ida para as ruas, seguido de violência sexual doméstica. Seja no trabalho informal que exercem, ou outras estratégias, o trabalho é degradante, extenuante, não conta com pausa e é competido desonestamente entre os pares. Proporcionalmente, o maior número de mulheres concorre com as mesmas atividades que são executadas por homens em situação de rua, sendo a coleta de materiais recicláveis a mais identificada; cuidadoras de veículos em vias públicas, faxineiras e, por fim, profissionais do sexo, têm condições precárias para o exercício de suas atividades, devido às mínimas condições de higiene e ao alto risco de violência pelos parceiros sexuais.

Ainda, o tempo de vida nas ruas se traduz como uma grave forma de violência, já que a situação crônica naturaliza a própria condição de vulnerabilidade. Este elemento deve ser pensado pelas políticas públicas de atenção à população de risco como um importante fator de reflexão e elaboração das políticas de acolhimento institucional.

A RS de violência relacionada à vivência afetiva mostra o feminino cada vez mais frágil, inclusive considerando as vulnerabilidades já elencadas para as mulheres em situação de rua. A eleição de um parceiro sexual nem sempre é feita com vistas à produção de afeto, mas em virtude da necessidade de se proteger nos territórios em que se colocam expostas e em riscos de violências coletivas. Mesmo tendo parceiros definidos, algumas mulheres relatam a violência perpetrada pelo próprio companheiro, sendo comum que a tentativa de rompimento culmine em perseguição, agressões e ameaças de feminicídio. Paralelamente, as transvestigêneres compreendem que o processo afetivo relacional deve ser garantido de forma a sustentar as narrativas amorosas, sendo que, em caso de o parceiro atuar de forma violenta contra ela, há uma organização coletiva em defesa da vítima.

As relações de gênero são uma realidade histórica e socialmente construída de segregação e marginalização com exclusão subjetiva e material das mulheres dos domínios públicos, da participação política em

espaços institucionalizados, do mercado de trabalho, da ciência e da academia. A maneira como as mulheres em situação de rua se organizam, em torno dos atendimentos institucionais, se transformou em uma forma de empoderamento e reconfiguração da sua vida em termos de prática social. Essas mulheres lutam para expor seus pontos de vista e defender o seu direito de serem ouvidas, acolhidas e de terem as respostas das demandas institucionais.

Apesar da pesquisa verificar que as representações sociais da violência incidem na vida da mulher em vários aspectos, pessoais e sociais, o modo como lidam com os traumas, medos, afetividades, com a identidade e autoimagem, influencia muito a qualidade e o projeto de vida delas, elas têm consigo força e resiliência para lidar com tais aspectos. Suas trajetórias apresentam semelhanças e diferenças, mas todas sinalizam serem capazes de pensar, sentir e agir de modo a se fortalecerem e criarem uma autoproteção, seja individualmente ou de maneira organizada entre os pares. As entrevistadas conseguem exprimir o sentimento de solidariedade e de valorização de si, o que resulta na busca por um novo sentido para a própria vida por meio de afetividade, fortalecimento, empoderamento, trabalho, militância feminista, recolocação profissional, justiça social, acesso a políticas públicas institucionalizadas e reguladas, novos relacionamentos amorosos, amizades. De uma maneira emancipadora lutam contra os sistemas opressivos, sexistas e misóginos institucionais.

Percebemos, ao construir com essas mulheres esta pesquisa, que o Estado ainda tem um grande desafio na garantia efetiva dos processos de inserção, fortalecimento e regulação das práticas sociais emancipatórias, que necessitam de políticas transversais e interseccionais que dialoguem com a realidade sem fracioná-la, considerando as mulheres como um processo intenso em suas peculiaridades e demandas, sendo necessária a criação de agendas e pastas que regulem os processos decisórios, com a participação e envolvimento dos processos deliberativos.

Pensar estratégias urgentes diante de novas incidências de pessoas em situação de rua, como maneira de prevenir e superar as condições crônicas e identitárias relacionadas à trajetória de caráter violador que as ruas impelem aos cidadãos, se faz necessário.

Medidas como a ampliação de ofertas no mercado de trabalho, através de parcerias institucionais, bem como redes de proteção e apoio à pessoa em trajetória de rua, oportunizando condições favoráveis a exercer atividades formais; qualificação e oferta de cursos, escolarização e corresponsabilização entre instituições e usuários, poderão potencializar as ações ofertadas nos serviços socioassistenciais, vislumbrando a superação das ruas.

A compressão das representações sociais das mulheres sobre violência traz consigo um processo claro de denúncia a uma posição do insuportável diante desse cenário social, que será em grande medida desacelerado e rompido através das políticas afirmativas e interseccionalidade das práticas em políticas sociais, consolidando novas formas do fazer, baseadas ainda na acolhida, delineamento e identificação das demandas singularizadas, que muito embora pontuais, traduzem o desejo de autonomia, vida e respeito dessas mulheres.

Este estudo apresentou limitações na sua execução devido o número reduzido de mulheres para o questionário e para entrevistas. Ele, portanto, não apresenta o quadro total da violência sofrida e representada pelas mulheres em situação de rua em Belo Horizonte, mas desvela a necessidade de perscrutar ainda mais sobre esta temática seja na forma de pesquisas, quanto de intervenções das políticas públicas.

Contribuições dos autores

Temponi, S. R. N. teve grande retaguarda na consolidação de sua dissertação com a contribuição dos três professores e orientadores (Ribeiro, L. P., Pinheiro, T. M. M. e Carvalho, S. M.), tendo Carvalho, S. M. sido convidada devido a ser um grande expoente na temática de gênero. Desta forma, as contribuições advieram em ocasiões sistemáticas durante o processo do curso de mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG.

Conflito de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [EBSCO](#), [DOAJ](#) e [LILACS](#).

EBSCO

DOAJ

LILACS

Referências

- Alcântara, S. C. D., Abreu, D. D. A., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>
- Alves, M. E. R. (2013). As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da "questão social". In *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>
- ANTRA. (2018). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições70.
- Cisne, M. (2012). *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. Outras Expressões.
- Damasceno Junior, A., & Riani, S. R. N. (2019). Gênero, diversidade sexual e direitos humanos: uma visão sobre a LGBTfobia institucional. In: F. Z. Amorin, J. G. D. S. Izabel, M. M. Saadallah (Org.). *O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (p. 188). Conselho Regional de Psicologia.
- Esquerda Diário. (2020, 28 de janeiro). *Transfeminicídio - Brasil segue sendo o país que mais mata transexuais e travestis no mundo*. <https://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-segue-sendo-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-no-mundo>. Acesso em 20 de junho 2020.
- Francisco, D. C. E. (2009). Políticas públicas paliativas, ou mesmo a inexistência de ações do governo, contribuem para a manutenção da população em situação de rua no Brasil. *Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação Social - um Problema Político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>
- Jodelet, D. (2001). *As Representações Sociais*. EDUERJ.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712. <https://www.scielo.br/j/se/a/bqm4vwYnbPvPy9dDGMWHqZt/?lang=pt&format=pdf>
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes. [Texto originalmente publicado em 2000].
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e o seu público*. Vozes. [Texto originalmente publicado em 1951].
- Muyllaert, C. J., Sarubbi Jr., V., Gallo, P. R., Rolim Neto, M. L., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 184-189. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1993). *Declaración sobre la eliminación de violencia contra la mujer* [Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher]. <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/declaration-elimination-violence-against-women>
- Pedra, C. B. (2018). *Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões* [Dissertação de mestrado, Fundação João Pinheiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Fundação João Pinheiro. <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/381>

- Ribeiro, P. (2017). *O campo, a violência e a educação do campo: representações sociais sobre a violência de educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo*. Gramma.
- Ribeiro, L. P. (2019). *Relatório de Residência Pós-Doutoral*. UFMG.
- Rizzini, I., & Couto, R. M. B. (2019). População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 105-122. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>
- Sposati, A. (1999). Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: M. P. Vêras (Org.) *Por uma Sociologia da Exclusão. O Debate com Serge Paugam*. EDUC.
- Tiene, I. (2004). *Mulher Moradora na Rua: entre vivências e políticas sociais*. Alínea.
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (1992). *População de Rua: Quem é, Como vive, Como é vista*. Hucitec.